

3.1.2. Incidentes sobre a receita ou o faturamento.....	204
3.1.3. Incidentes sobre o lucro	207
3.2. Do trabalhador e dos demais segurados da previdência social.....	208
3.3. Sobre a receita de concursos de prognósticos	208
3.4. Do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.....	209
4. Arrecadação.....	209
5. Imunidade	210
6. Princípio da Anterioridade Nonagesimal	216
7. Constituição do crédito securitário.....	217
8. Progressividade.....	218
9. Moratória, parcelamento, Anistia e remissão	218
10. Decadência e prescrição	219
11. Simples Nacional	222

TÍTULO II

DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RGPS

1

DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. Abrangência.....	225
2. Cobertura.....	226
3. Legislação de regência.....	227
4. Administração.....	227
5. Sistemática.....	227
6. Características.....	228
7. Entidades e órgãos previdenciários.....	228
7.1. Conselho Nacional da Previdência.....	229
7.2. Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	230
7.3. Conselho de Recursos da Previdência Social	235

2

PRINCÍPIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

1. Introdução	237
2. Princípio da Contributividade.....	237
3. Princípio da Obrigatoriedade da Filiação	238
4. Princípio do Equilíbrio Financeiro e Atuarial ...	238
5. Princípio da Universalidade de Participação nos Planos Previdenciários.....	239
6. Princípio da Uniformidade e Equivalência dos Benefícios e Serviços às Populações Urbanas e Rurais	239
7. Princípio da Seletividade e Distributividade na Prestação dos Benefícios.....	240
8. Princípio dos Salários de Contribuição Corrigidos Monetariamente	241

9. Princípio da Irredutibilidade do Valor dos Benefícios	241
10. Princípio da Garantia do Benefício não Inferior ao Salário Mínimo	242
11. Princípio da Previdência Complementar Facultativa.....	243
12. Princípio da Gestão Quadripartite da Previdência Social.....	243
13. Princípio do <i>Tempus Regit Actum</i>	243
14. Princípio da Responsabilidade	244
15. Princípio da Vedação ao Retrocesso Social.....	245
16. Princípio do <i>In Dubio Pro Misero</i>	245
17. Princípio da Automaticidade das Prestações....	246
18. Princípio da Indisponibilidade dos Benefícios Previdenciários	246
19. Princípio da Territorialidade da Filiação.....	247

3

SEGURADOS, FILIAÇÃO E INSCRIÇÃO

1. Introdução	249
2. Segurados obrigatórios	250
2.1. Segurado empregado.....	252
 Vídeo.....	255
2.2. Segurado empregado doméstico.....	271
2.3. Segurado trabalhador avulso.....	272
2.4. Segurado especial.....	275
 Vídeo.....	295
2.5. Segurado contribuinte individual.....	327
3. Segurados facultativos.....	335
4. Filiação.....	337
 Vídeo.....	339
5. Inscrição.....	345

4

SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO

1. Noções iniciais e definição	353
 Vídeo.....	354
2. Limites.....	355
3. Complementação, agrupamento e transferência do excedente dos salários de contribuição	376
4. Delimitação	380
5. Composição.....	385
 Vídeo.....	387

5

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

1. Introdução	407
---------------------	-----

2. Natureza jurídica	407
3. Aspecto material e temporal do fato gerador.....	409
4. Contribuições previdenciárias dos trabalhadores e demais segurados do RGPS.....	410
4.1. Empregado, trabalhador avulso e empregado doméstico.....	410
4.2. Contribuinte individual e segurado facultativo.....	415
4.3. Segurado especial.....	427
5. Contribuições previdenciárias da empresa e do equiparado a empresa.....	431
5.1. Incidentes sobre as remunerações dos empregados e avulsos.....	432
5.2. Incidentes sobre as remunerações dos contribuintes individuais.....	440
5.3. Incidentes sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura da prestação de serviços das cooperativas de trabalho.....	441
5.4. Regra especial – Empresas optantes do Simples Nacional.....	444
6. Contribuição previdenciária do empregador doméstico.....	447
7. Contribuições previdenciárias substitutivas da parte patronal.....	449
7.1. Associações desportivas que mantém equipe de futebol profissional.....	449
7.2. Produtor rural pessoa física (PRPF).....	450
7.3. Produtor rural pessoa jurídica (PRPJ) ...	455
8. Substituição da contribuição previdenciária sobre as remunerações pela contribuição sobre a receita ou faturamento das empresas.....	457
9. Arrecadação.....	481
10. Parcelamento.....	489
11. Encargos decorrentes do atraso no pagamento....	489
12. A retenção feita pelo contratante de serviços de cessão de mão de obra.....	490
13. Hipóteses de responsabilização solidária.....	493
13.1. Construção civil.....	494
13.2. Empresas do mesmo grupo econômico....	495
13.3. Gestores dos entes da Administração Pública Indireta.....	495
13.4. Administração Pública.....	495
13.5. Operador portuário e órgão gestor de mão de obra.....	496
13.6. Produtores rurais integrantes de consórcios simplificados.....	496
13.7. Oficial de Cartório e contratantes.....	497
13.8. Trabalho temporário.....	497
14. Restituição e compensação das contribuições previdenciárias.....	497
15. Certidão negativa de débito.....	500
16. Obrigações acessórias da empresa.....	503
17. Das infrações administrativas.....	505

6

ACIDENTE DE TRABALHO, MOLÉSTIAS OCUPACIONAIS E EVENTOS EQUIPARADOS

1. Introdução.....	509
2. Definição de acidente de trabalho.....	510
3. Doenças equiparadas (ocupacionais).....	511
4. Acidente de trabalho por equiparação.....	512
5. Reconhecimento.....	514
6. Segurados cobertos.....	523
7. Prescrição dos benefícios acidentários.....	524
8. Principais consequências jurídicas do reconhecimento do acidente de trabalho.....	524
9. Responsabilidade civil da empresa perante a Justiça do Trabalho.....	528
10. Ação regressiva proposta pelo INSS contra a empresa negligente.....	529

7

REGRAS GERAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS

1. Espécies de prestações previdenciárias.....	543
2. Classificação das prestações previdenciárias....	545
3. Dependentes dos segurados.....	546
3.1. Classe I.....	549
 Vídeo.....	561
3.2. Classe II.....	570
3.3. Classe III.....	572
4. Tempo de serviço e de contribuição e sua contagem recíproca.....	573
 Vídeo.....	605
5. Indenização para a contagem de tempo de serviço ou de contribuição.....	619
6. Manutenção da qualidade de segurado no período de graça.....	627
 Vídeo.....	628
7. Período de Carência.....	651
 Vídeo.....	665
8. Fator previdenciário.....	675
 Vídeo.....	678
9. Salário de benefício na Lei 8.213/91 e Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).....	685
9.1. Microfichas do antigo INPS.....	721
10. Salário de benefício na Emenda 103/2019.....	724
11. Renda mensal inicial dos benefícios previdenciários – regras vigentes.....	726
12. Renda mensal inicial dos benefícios previdenciários – regramento antigo e evolução histórica.....	730

12.1. Decreto 35.448/54 (Regulamento Geral dos Institutos de Aposentadorias e Pensões).....	730	5.2. Artigo 16 – Aposentadorias – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional.....	977
12.2. Lei 3.807/1960 (Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS).....	731	5.3. Artigo 17 – Aposentadorias – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional.....	980
12.3. Lei 5.316/1967 (integrou o seguro de acidentes de trabalho na previdência social).....	732	5.4. Artigo 18 – Aposentadorias – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional.....	982
12.4. Lei Complementar 11/1971.....	732	5.5. Artigo 20 – Aposentadorias – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional.....	983
12.5. Lei 5.890/1973.....	733	5.6. Artigo 21 – Aposentadorias especiais por agentes nocivos – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional.....	985
12.6. Lei 6.179/1974.....	733	6. Auxílio-doença (auxílio por incapacidade temporária).....	988
12.7. Lei 6.210/1975.....	733	 Vídeo.....	1042
12.8. Lei 6.260/1975.....	734	7. Salário-família.....	1046
12.9. Lei 6.367/1976.....	736	8. Salário-maternidade.....	1051
12.10. Constituição Federal de 1988 (texto original).....	736	 Vídeo.....	1054
12.11. Lei 8.213/91 (redação original) e alterações posteriores.....	736	9. Auxílio-acidente.....	1074
12.12. Emenda 20/1998.....	738	10. Pensão por morte.....	1092
12.13. Emenda 103/2019.....	738	 Vídeo.....	1129

8

BENEFÍCIOS E SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS EM ESPÉCIE

1. Aposentadoria por incapacidade permanente (antiga invalidez).....	748	11. Auxílio-reclusão.....	1147
 Vídeo.....	758	12. Abono anual.....	1170
 Vídeo.....	761	13. Serviço social.....	1172
2. Aposentadorias voluntárias.....	779	14. Habilitação e reabilitação profissional.....	1172
2.1. Aposentadoria programada urbana: comum e professor do ensino básico.....	781	15. Benefícios especiais.....	1177
 Vídeo.....	800	15.1. Aposentadoria do ex-combatente da 2ª Guerra Mundial.....	1177
2.2. Aposentadoria por idade dos trabalhadores rurais.....	806	15.2. Aposentadoria ou pensão excepcional do anistiado político.....	1179
2.3. Aposentadoria por idade híbrida.....	818	15.3. Pensão especial vitalícia para as vítimas da Talidomida.....	1179
3. regras básicas da extinta aposentadoria apenas por tempo de contribuição sem idade mínima....	830	15.4. Pensão mensal vitalícia dos seringueiros.....	1180
4. Aposentadorias especiais.....	834	15.5. Pensão mensal das vítimas da hemodiálise de Caruaru.....	1183
4.1. Aposentadoria especial por exposição a agentes nocivos à saúde.....	835	15.6. Pensão mensal das vítimas da Hanseníase.....	1183
 Vídeo.....	853	15.7. Auxílio especial mensal dos campeões mundiais de futebol de 1958, 1962 e 1970.....	1183
 Vídeo.....	906		
 Vídeo.....	939		
4.2. Aposentadoria especial dos deficientes.....	966		
5. regras de transição das aposentadorias – emenda 103/2019.....	976		
5.1. Artigo 15 – Aposentadorias – Regras de transição para os segurados que in-			

15.8. Pensão especial destinada a crianças com microcefalia decorrente do Zika Vírus	1183
16. Benefícios extintos.....	1184
16.1. Auxílio-natalidade	1184
16.2. Auxílio-funeral.....	1184
16.3. Pecúlio	1185
16.4. Abono de Permanência em Serviço	1185
16.5. Renda Mensal Vitalícia (Lei 6.179/74)...	1185
16.6. Auxílio-suplementar.....	1186
16.7. Aposentadoria especial do jornalista profissional, do jogador de futebol profissional, do telefonista, do juiz classista e do aeronauta	1186
16.8. Aposentadoria por tempo de contribuição.....	1187

9

TEMAS FINAIS SOBRE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

1. Hipóteses de suspensão e cancelamento dos benefícios e programas de revisão.....	1189
 Vídeo	1193
1.1. Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade Laboral – PRBI (“pente fino”).....	1194
2. Autotutela da Administração Pública Previdenciária	1199
3. Prescrição quinquenal da pretensão e decadência decenal para a revisão de benefício ou impugnação do ato de indeferimento	1206
3.1. Prescrição quinquenal.....	1207
 Vídeo	1210
3.2. Decadência decenal para a revisão de benefícios previdenciários.....	1217
 Vídeo	1232
3.3. Decadência decenal para a impugnação de ato administrativo que indeferiu benefício previdenciário	1233
3.4. Ampliação das situações de decadência pela Lei 13.846/2019.....	1234
 Vídeo	1236
4. Reajustamento da renda mensal inicial	1238
5. Acumulação.....	1240
6. Descontos legalmente autorizados	1248
7. Débito de contribuições previdenciárias e a concessão de benefícios	1270
8. Direito Adquirido.....	1271
9. Renúncia da aposentadoria (desaposentação) e de outros benefícios.....	1276

 Vídeo.....	1287
10. Despensão.....	1289
11. Complementação das aposentadorias dos ferroviários paga pela União	1291
12. Complementação de aposentadorias pagas por entidades fechadas de previdência privada	1293
13. Complementação de aposentadorias e pensões dos antigos funcionários do departamento de correios e telégrafos.....	1294
14. Dano moral previdenciário	1294
15. Planejamento previdenciário da aposentadoria voluntária	1302

10

PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO

1. Definição e fases	1305
2. Fase inicial	1306
3. Fase instrutória	1315
4. Fase decisória	1360
5. Fase recursal (Conselho de Recursos da Previdência Social)	1364
5.1. Recurso Ordinário e Recurso Especial ..	1366
5.2. Procedimento recursal	1370
5.3. Enunciados e resoluções do CRPS	1372
5.4. Reclamação ao CRPS.....	1383
5.5. Embargos de declaração	1407
5.6. Desistência do recurso administrativo e propositura de ação judicial	1408
5.7. Matéria médica.....	1408
5.8. Revisão de ofício	1408
5.9. Conflitos de competência, conexão, continência e impedimento de julgador.....	1412
5.10. Processo digital	1413
5.11. Temas finais	1418
6. Fase de cumprimento das decisões administrativas.....	1419
7. Disposições diversas.....	1420
8. Processo de justificação administrativa.....	1421
9. Processo administrativo fiscal de arrecadação das contribuições para a seguridade social	1424
10. Súmulas administrativas do inss.....	1425

11

PROCESSO JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO

1. Competência jurisdicional	1427
1.1. Regra geral: competência da Justiça Federal.....	1427
1.2. Ações acidentárias: competência originária da Justiça Estadual	1429
1.3. Competência estadual por delegação.....	1435

2. Legitimidade ativa e passiva <i>ad causam</i> e formação de liTisconsórcio	1440
3. As prerrogativas do inss em juízo	1443
4. O prévio requerimento administrativo e a reafirmação judicial da data de entrada do requerimento.....	1450
 Vídeo.....	1469
5. Data de início do benefício por incapacidade na data de juntada do laudo pericial ou na citação	1472
6. Impenhorabilidade, inalienabilidade e indisponibilidade dos benefícios previdenciários.....	1474
7. Autorização legal para a desistência de recursos e propositura de ações	1476
8. Honorários advocatícios nas ações previdenciárias.....	1477
9. Ação civil pública previdenciária	1481
10. Intervenção do Ministério Público	1485
11. Custas processuais	1486
12. Coisa julgada nas lides previdenciárias	1487
13. Juros de mora e correção monetária nos processos previdenciários.....	1491
14. Perícia judicial nas causas previdenciárias.....	1497
14.1. Regras gerais.....	1497
14.2. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF)....	1502
14.3. Quesitação em perícia previdenciária....	1506
15. Pedido nas ações previdenciárias	1510
16. Recurso especial e repetitivo.....	1512
17. Recurso extraordinário, repercussão geral e repetitivo.....	1515
18. Ação rescisória previdenciária.....	1517
19. Fase de execução nas ações previdenciárias.....	1520
20. Sucessão processual em caso de morte do autor	1526
21. Mandado de segurança em matéria previdenciária	1531

12

PROCEDIMENTO NOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

1. microsistema jurídico com aplicação supletiva do código de processo civil de 2015.....	1541
2. critérios de competência: valor da causa e outros.....	1543
3. Propositura da ação e sua desistência	1551
4. Assistência judiciária gratuita	1553
5. O INSS e os seus representantes judiciais	1553
6. Citação e contestação	1554
7. Abolição de algumas prerrogativas do poder público em juízo	1555
8. Vedação à intervenção de terceiros.....	1557
9. Contagem dos prazos.....	1557

10. Audiência de conciliação, instrução e julgamento	1557
11. Conciliação.....	1560
12. Prova pericial	1565
13. Tutela provisória e efeitos da sua revogação	1568
14. Custas processuais e honorários advocatícios	1576
15. Sentença.....	1577
16. Embargos de declaração	1578
17. Procedimento na turma recursal (recurso nominado, mandado de segurança, agravo de instrumento, agravo regimental e embargos de declaração).....	1587
18. Procedimento na turma regional e na turma nacional de uniformização (incidentes de uniformização, agravo regimental, embargos de declaração e reclamação).....	1597
 Vídeo.....	1600
19. Procedimento no STJ (incidente, agravo e embargos de declaração).....	1610
20. Procedimento no STF (recurso extraordinário, agravo e embargos de declaração).....	1613
21. Coisa julgada.....	1614
22. Fase de execução.....	1618
23. Tabela prática dos prazos nos juizados especiais federais	1622

13

REAJUSTAMENTO E REVISÃO DOS BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

1. Revisional com base na atualização monetária dos salários de contribuição pela ORTN/OTN (Lei 6.423/77)	1624
2. Revisional fundamentada na atualização do menor valor teto pelo INPC (Lei 6.708/79)	1626
3. Revisão de benefício pelo índice integral no primeiro reajustamento (Súmula 260, do Tribunal Federal de Recursos)	1627
4. Revisão administrativa de benefícios pela equivalência de salários mínimos do mês da concessão (artigo 58, do ADCT, da Constituição de 1988).....	1629
5. Revisão dos benefícios rurais para um salário mínimo (artigo 201, §5º, da Constituição Federal)	1630
6. Revisão administrativa de benefício para a incidência de correção monetária dos 36 últimos salários de contribuição (artigo 144, da Lei 8.213/91 – “buraco negro”)	1631
7. Reajuste da renda do benefício pela variação do salário mínimo de 147,06% do último quadrimestre de 1991	1642
8. Revisão de benefício pelo número de salários mínimos da data da concessão	1642
9. Revisão de benefício na conversão da URV (Lei 8.700/93)	1643

10. Revisão administrativa de benefício limitado ao teto do salário de benefício (Lei 8.870/94 – revisão do “buraco verde”).....	1644	27. Revisão do salário de benefício para inserção de salários de contribuição anteriores ao plano real (julho/1994) (revisão da vida toda)	1710
11. Revisão administrativa de benefício limitado ao teto do salário de benefício – regra permanente de incidência do índice teto no primeiro reajuste (Lei 8.880/94).....	1645	28. Revisão do salário de benefício nas atividades laborais concomitantes	1714
12. Revisão de benefício com a inserção do IRSM de fevereiro de 1994 na atualização dos salários de contribuição (Lei 8.880/94)	1647	29. Revisão do salário de benefício para a inclusão no período básico de cálculo da competência (mês) da concretização do risco social	1722
13. Reajuste de benefícios pelo IPG-DI de 1997 a 2001	1650		
14. Revisão da pensão por morte para 100% do salário de benefício (Lei 9.032/95).....	1651		
15. Revisão do auxílio-acidente para 50% do salário de benefício (Lei 9.032/95).....	1653		
16. Revisão de aposentadoria por incapacidade permanente (antiga invalidez) precedida de auxílio-doença (artigo 29, §5º, da Lei 8.213/91)	1655		
17. Revisão de benefício através da consideração apenas dos salários de contribuição que antecederam à formação do direito adquirido com desconsideração dos posteriores (direito ao melhor benefício/antecipação da data de início do benefício)	1657		
18. Revisão de aposentadoria por invalidez (atual incapacidade permanente), auxílio-doença, pensão por morte ou auxílio-reclusão com base no artigo 29, II, da Lei 8.213/91, com redação dada pela Lei 9.876/99 (80% dos maiores salários de contribuição)	1662		
19. Pagamento da correção monetária dos benefícios pagos com atraso por responsabilidade do beneficiário.....	1680		
20. Revisão com base em decisão da Justiça do Trabalho.....	1681		
21. Readequação do salário de benefício pelos novos tetos fixados pelas Emendas 20/98 (R\$ 1.200,00) e 41/03 (R\$ 2.400,00) para os benefícios concedidos anteriormente	1686		
22. Exclusão do fator previdenciário na aposentadoria por tempo de contribuição proporcional concedida com base nas regras de transição da EC 20/98	1698		
23. Revisão de aposentadoria por tempo de contribuição masculina para considerar no fator previdenciário apenas a expectativa de vida dos homens.....	1701		
24. Revisão de aposentadoria por tempo de contribuição feminina para crescer no cálculo fator previdenciário cinco anos na idade	1704		
25. Revisão da aposentadoria “especial” do professor para excluir o fator previdenciário.....	1704		
26. Revisão de aposentadoria para excluir o fator previdenciário do tempo especial convertido ao tempo comum.....	1709		

14

ACORDOS INTERNACIONAIS
PREVIDENCIÁRIOS

1. Introdução e regras gerais	1725
2. Procedimento de ratificação e promulgação.....	1739
3. Tratados previdenciários em vigor no Brasil	1740
3.1. Convenção Multilateral Ibero-Americana de Seguridade Social	1740
3.2. Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL	1744
3.3. Alemanha.....	1746
3.4. Bélgica	1748
3.5. Cabo Verde	1751
3.6. Canadá	1751
3.7. Chile	1753
3.8. Coreia (do Sul).....	1755
3.9. Espanha.....	1758
3.10. França.....	1761
3.11. Grécia	1764
3.12. Itália.....	1766
3.13. Japão	1768
3.14. Luxemburgo	1771
3.15. Portugal.....	1773
3.16. Quebec	1777
3.17. EUA	1779
3.18. Suíça.....	1781
3.19. Quadro-síntese dos Acordos.....	1782
4. Tratados previdenciários em procedimento de ratificação ou de promulgação pelo Brasil	1785

TÍTULO III
DOS REGIMES PRÓPRIOS
DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

1

NORMAS GERAIS

1. Disposições iniciais e contagem recíproca	1789
 Vídeo.....	1819
 Vídeo.....	1829
2. Segurados.....	1832
3. Contribuições previdenciárias	1834
4. Cálculo dos benefícios	1846

5. Benefícios com previsão constitucional	1849	3. Custeio	1954
5.1. Regras gerais e registro da aposentadoria e da pensão por morte no Tribunal de Contas	1850	4. Benefícios e serviços do Plano de Seguridade Social dos servidores públicos federais efetivos ...	1956
 Vídeo	1862	4.1. Aposentadorias do servidor federal efetivo – regras permanentes.....	1956
5.2. Aposentadoria compulsória por idade... ..	1876	4.2. Pensão por morte do servidor federal efetivo – regras permanentes.....	1973
6. Processo administrativo de fiscalização nos Regimes Próprios de Previdência Social	1886	4.3. Auxílio-natalidade	1989
7. regulação dos investimentos pelo conselho monetário nacional	1887	4.4. Salário-família	1989

2

REGIME PRÓPRIO DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS

1. Aposentadoria por invalidez (incapacidade permanente)	1892	4.11. Auxílio-funeral.....	1992
2. Aposentadoria por idade, com proventos proporcionais	1897	4.12. Auxílio-reclusão	1992
3. Aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais	1897	5. Direito adquirido e regras de transição à luz da emenda 103/2019 para os servidores efetivos federais	1993
4. Aposentadoria especial	1899	5.1. Direito adquirido	1993
5. Pensão por morte.....	1908	5.2. Artigo 4º – Aposentadorias – Regras de transição para os servidores federais que ingressaram até a data da publicação da Reforma Constitucional – Servidores com regra ordinária e professores do ensino básico.....	1995
6. Outros benefícios que podiam ser criados pelos Regimes Próprios de Previdência Social	1911	5.3. Artigo 20 – Aposentadorias – Regras de transição para os servidores federais que ingressaram até a data da publicação da Reforma Constitucional – servidores com regra ordinária e professores do ensino básico.....	1999
6.1. Auxílio-doença.....	1911	5.4. Artigo 5º – Aposentadorias – Regras de transição para os policiais que ingressaram até a data da publicação da Reforma Constitucional.....	2001
6.2. Salário-família	1911	5.5. Artigo 21 – Aposentadoria especial por agentes nocivos – Regras de transição para os servidores federais que ingressaram até a data da publicação da Reforma Constitucional	2008
 Vídeo	1912	6. Abono de permanência: regras permanentes e de transição	2013
6.3. Salário-maternidade	1912	7. Regras de transição para titulares de mandato eletivo	2015
6.4. Auxílio-reclusão	1913	8. Gestão de benefícios e a competência jurisdicional nas ações envolvendo o rpps federal	2018
7. Abono de permanência.....	1914		
8. Regras de transição.....	1917		
8.1. Direito adquirido	1918		
8.2. Aposentadoria. Artigo 2º, da Emenda 41/2003.....	1919		
8.3. Aposentadoria. Artigo 3º, da Emenda 47/2005.....	1920		
8.4. Paridade e integralidade remuneratória entre ativos e inativos. Artigo 6º, da Emenda 41/2003	1923		
 Vídeo	1924		
8.5. Acumulação de remuneração com proventos de cargos inacumuláveis	1924		
9. Tempo de serviço público e ingresso no serviço público	1926		
10. Regulamento dos regimes próprios de previdência social	1929		

3

DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DA UNIÃO

1. Introdução	1953	1. Introdução	2021
2. Segurados.....	1954	2. Inatividade remunerada.....	2023
		3. Pensão por morte.....	2025

4

DO REGIME PREVIDENCIÁRIO DOS MILITARES DA UNIÃO

1. Introdução	2021
2. Inatividade remunerada.....	2023
3. Pensão por morte.....	2025

TÍTULO IV DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

1

REGIME COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS

1. Disposições constitucionais e regimes criados ... 2035

2

REGIME COMPLEMENTAR PRIVADO

1. Introdução 2043
2. Características Gerais..... 2043
-  Vídeo 2046
3. Disposições Comuns aos Planos de Benefícios dos Entes Abertos e Fechados..... 2051
4. As Entidades Fechadas e os seus Planos de Benefícios 2056
5. As Entidades Abertas e os seus Planos de Benefícios 2075
6. Intervenção e Liquidação Extrajudicial dos Entes Previdenciários Privados 2076
7. A Relação da Administração Pública com as suas Entidades Fechadas de Previdência Complementar..... 2079
8. O processo administrativo para apuração de responsabilidade 2082
9. regulação dos investimentos pelo conselho monetário nacional 2088

3

REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS FEDERAIS

1. Introdução 2093
2. Entidades fechadas – FUNPRESPs..... 2096
3. Plano de benefícios..... 2099
4. Benefício especial 2100

5. Plano de custeio e contribuições previdenciárias 2104
6. Recursos garantidores 2106
7. Controle e fiscalização 2107
8. Vigência do regime previdenciário 2108

TÍTULO V DOS CRIMES CONTRA A SEGURIDADE SOCIAL

1

PRINCIPAIS DELITOS

1. Apropriação indébita previdenciária 2111
2. Sonegação de contribuição previdenciária..... 2119
3. Falsificação ou alteração de documento público contra a Previdência Social 2123
4. Estelionato previdenciário..... 2125
5. crimes praticados contra as pessoas com deficiência 2128

APÊNDICES

- Apêndice 1** – Regulamento do Plano de Benefícios dos Servidores Públicos Federais do Poder Executivo..... 2131
- Apêndice 2** – Regulamento do Plano de Benefícios do Poder Legislativo Federal – Plano LEGISPREV 2161
- Apêndice 3** – Regulamento do Plano de Benefícios do Judiciário da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público 2191
- Apêndice 4** – Enunciados do Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais – FONAJEF 2223
- Apêndice 5** – Questões de Ordem da TNU 2235
- Apêndice 6** – Súmulas previdenciárias do STF, STJ, TNU, AGU e CRPS..... 2239
- Apêndice 7** – Regimento interno da TNU 2249
- Apêndice 8** – Regimento Interno do CRPS..... 2257
- Referências 2273
- Índice Alfabético-Remissivo 2275